



**Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC**  
**Curso de Pedagogia**  
**Trabalho de Conclusão de Curso**

**A inclusão no contexto escolar: uma abordagem referente à crianças  
com necessidades especiais**

Gama-DF  
2021

**LAÍS TÍFFANY DE LIMA ASSIS ROCHA**

**A inclusão no contexto escolar: uma abordagem referente à crianças  
com necessidades especiais**

Monografia apresentada como requisito para  
conclusão do curso de Pedagogia do Centro  
Universitário do Planalto Central Aparecido dos  
Santos – Uniceplac.

Orientadora: Prof (a). Rennee Cardoso

Gama-DF  
2021

R672i

Rocha, Laís Tiffany de Lima Assis.

A inclusão no contexto escolar: uma abordagem referente à crianças com necessidades especiais. / Laís Tiffany de Lima Assis Rocha. – 2021.

40 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC, Curso de Pedagogia, Gama-DF, 2021.

Orientação: Profa. Esp. Rennee Cardoso.

1. Criança. 2. Necessidades especiais. 3. Formação docente 4. Inclusão. I. Título.

CDU: 370

**LAÍS TÍFFANY DE LIMA ASSIS ROCHA**

**A inclusão no contexto escolar:** uma abordagem referente à crianças com necessidades especiais

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Pedagogia do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Orientadora: Prof (a). Esp. Rennee Cardoso

Gama, 09 de Dezembro de 2021.

**Banca Examinadora**

---

Prof. Rennee Cardoso  
Orientador

---

Prof. Natália Maria Sertori Waltenberg  
Examinador

---

Prof. Emanuella Sousa T. Monteiro  
Examinador

Dedico aos meus pais, por todo amor, compreensão e apoio durante toda a minha jornada.

Dedico a toda minha família que está sempre ao meu lado torcendo por mim.

Dedico a todos os meus amigos que me fortaleceram e apoiaram.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por ter me fortalecido, sendo o meu refúgio e me guiado pelo caminho certo.

Agradeço a minha família por todo carinho e sustento, em especial aos meus avós maternos que não estão mais presentes em vida, por terem acreditado em mim desde o começo, por todo cuidado e amor.

Agradeço a minha orientadora Rennee Cardoso, pela dedicação e incentivo desde o processo inicial até o momento final, de forma imprescindível para a realização do meu trabalho.

Agradeço a todos os meus amigos, em especial aos meus colegas de curso Enock, Emanuely, Ícaro, Janis, Orleans e Rayanne, pela compreensão e amparo durante todo esse tempo.

E agradeço a mim, por todo esforço, dedicação e principalmente por não ter desistido.

## RESUMO

Haja vista a relevância do tema inclusão dentro do ambiente escolar, este trabalho foi realizado a fim de apresentar uma abordagem referente ao processo de inclusão da criança com necessidades especiais no contexto escolar, estabelecendo um processo de aprendizagem destas crianças juntamente com os demais, acolhendo-os e valorizando as diferenças. Tem como objetivo geral apresentar como ocorre a inclusão de crianças com necessidades especiais na Educação Escolar. E como objetivos específicos descrever métodos e estratégias para que ocorra a inclusão no ambiente escolar, relatar as dificuldades e os desafios dos alunos e da formação docente no que se refere a inclusão nas redes de ensino e apresentar a importância da inclusão da criança com deficiência no contexto escolar. O método utilizado como forma de contribuição foi a pesquisa bibliográfica e de forma qualitativa, tratando de conceitos como o histórico da pessoa com deficiência e políticas públicas voltadas para a inclusão. Foi constatado que apesar das diversas dificuldades e da necessidade de mudanças, é imprescindível que a inclusão seja inserida no contexto escolar, mesmo que seja um processo gradativo, a fim de buscar uma educação justa, sem preconceitos e de qualidade para todos.

**Palavras-chave:** Criança; Necessidades Especiais; Formação Docente; Inclusão.

## **ABSTRACT**

Given the relevance of the topic of inclusion within the school environment, this paper was conducted in order to present an approach to the process of inclusion of children with special needs in the school context, establishing a learning process of these children along with others, welcoming them and valuing differences. Its general objective is to present how the inclusion of children with special needs in school education occurs. And as specific objectives to describe methods and strategies for inclusion to occur in the school environment, report the difficulties and challenges of students and teacher training regarding inclusion in education networks and present the importance of including children with disabilities in the school context. The method used as a form of contribution was the bibliographic research and qualitative way, dealing with concepts such as the history of the person with disabilities and public policies aimed at inclusion. It was found that despite the various difficulties and the need for changes, it is essential that inclusion be inserted into the school context, even if it is a gradual process, in order to seek a fair education, without prejudice and with quality for all.

**Keywords:** Child; Special Needs; Teacher Training; Inclusion.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
1.1	Objetivo geral.....	11
1.2	Objetivos específicos .....	11
1.3	Problema.....	11
1.4	Hipótese.....	11
1.5	Justificativa .....	12
<b>2</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>13</b>
2.1	Histórico da pessoa com deficiência .....	13
2.2	Políticas públicas educacionais voltadas para a inclusão .....	15
2.3	Dificuldades e desafios .....	18
2.4	Formação docente.....	22
2.5	Inclusão escolar na prática .....	25
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTO METODOLÓGICO.....</b>	<b>28</b>
<b>4</b>	<b>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>30</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>33</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>34</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Em uma sociedade no qual a educação formal era direito de poucos, começa em meados do século XVI a história da Educação Especial, onde os médicos e pedagogos eram os precursores, tendo como centro o aspecto pedagógico. Desafiavam os conceitos vigentes da época que eram considerados ineducáveis, sendo eles os próprios professores das crianças e desenvolvendo trabalhos autorais. A ingressão da pessoa com deficiência foi pouco a pouco sendo conquistada conforme iam surgindo oportunidades educacionais para toda a população (MENDES, 2006).

Dentre uma das conquistas voltadas para as pessoas com deficiência, destaca-se a Declaração de Salamanca, documento de 1994, visa assegurar os direitos de uma educação de qualidade, onde o processo de inclusão escolar ocorra em forma de educação igualitária para todos que apresente algum tipo de deficiência ou se encontre excluído por situação social ou financeira. Através deste documento, questões referentes as acessibilidades foram discutidas visando um melhor desenvolvimento social e educacional para as pessoas com necessidades especiais e menos favorecidas (SANTOS; SANTOS, 2016).

As instituições que promovem a inclusão desde a infância, permitem a convivência com as diferenças e o respeito. Atualmente a inclusão de alunos com deficiências em escolas de Educação Infantil e Ensino Regular acontece gradativamente, evidenciando a importância da garantia dos direitos que lhes pertencem como cidadãos e da integração dos alunos em ambientes educacionais; assegurando por meio de políticas públicas, um espaço escolar adequado, visando uma aprendizagem significativa que traz consigo símbolos e vivência (FLEIGER, 2020).

As escolas devem ser capazes de oferecer possibilidades para que as crianças desenvolvam suas competências, tendo com respeito às diferenças, propondo um ambiente acolhedor, visto que, se trata da primeira fase educacional da criança. No que se diz a inclusão na Educação Infantil, ela rompe padrões educacionais fazendo com que todos participantes da escola se tornem formadores, e se tem por objetivo que escola seja inclusiva, os planejamentos devem ser modificados em busca de uma educação direcionada a uma cidadania livre de preconceitos e que valorize as diferenças (MELO; COUTINHO, 2020).

Atualmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, no art. 58 § 1º, assegura que, sempre que necessário, haverá o atendimento do serviço especializado, em escola regular para atender as especificidades dos indivíduos da educação especial (BARETTA; CANAN, 2012).

Diante do exposto, o fundamento de educação inclusiva, se baseia em uma formação docente que se atente às diferenças dos alunos e de suas aprendizagens. Onde é considerável compreender em quais critérios os currículos estão dispostos a permitir discussões e reflexões nos cursos de formação de professores, acerca das diversidades dos alunos (DIAS; SILVA, 2020).

### **1.1 Objetivo geral**

Apresentar como ocorre a inclusão de crianças com necessidades especiais na Educação Escolar.

### **1.2 Objetivos específicos**

- Descrever métodos e estratégias para que ocorra a inclusão no ambiente escolar;
- Relatar as dificuldades e os desafios dos alunos e da formação docente no que se refere a inclusão nas redes de ensino.
- Apresentar a importância da inclusão da criança com deficiência no contexto escolar.

### **1.3 Problema**

De que forma acontece a inclusão de crianças com necessidades especiais no contexto escolar?

### **1.4 Hipótese**

No âmbito da Educação são muitos os desafios e dificuldades para trabalhar e realizar ações de inclusão dentro das redes regulares de ensino, fator este que regride o desenvolvimento não só dos alunos como da sociedade.

## **1.5 Justificativa**

É na Educação onde se inicia a primeira formação acadêmica do ser humano, dessa forma, é necessário que estratégias e métodos sejam realmente eficazes e capazes de promover a inclusão da criança com deficiência. Nesta etapa, a forma como as crianças se desenvolvem repercute por sua vida inteira, a qualidade deste desenvolvimento deve ser da melhor forma possível, pois irá produzir benefícios à longo prazo.

Desta maneira, considera-se que a inclusão de crianças com necessidades especiais na Educação é de suma importância, onde a interação com o outro e com o meio possibilitará vivências essenciais para uma educação de qualidade.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 Histórico da pessoa com deficiência

No Cristianismo, com a consolidação da Igreja Católica, surge no cenário político um segmento novo: o clero. Como na Antiguidade, sobrava para o povo o trabalho, e para o clero e a nobreza, o poder e o dinheiro. Pessoas com algum tipo de doença ou mentalmente afetadas não podiam ser banidas, entretanto, eram dependentes de caridades humanas, e assim como também acontecia na Antiguidade, a pessoa “diferente” era vista como fonte de diversão e objeto de exposição. Em meados do século XII, ocorreu a Inquisição Católica e a Reforma Protestante, com a ampliação do poder realizado pela Igreja e criando também oposição do discurso religioso e das ações do clero, onde o poder que a Igreja detinha foi ameaçado (ARANHA, 2005).

Dessa forma, todo posicionamento contrário à igreja, tornava-se condenado perante perseguição, extermínio e até morte através da fogueira; em documentos da Igreja mencionam que as pessoas com deficiência, especialmente a deficiência mental, equivalia a uma ameaça contra a Igreja. No período medieval a questão era ainda pior do que na Antiguidade, de essência religiosa, a pessoa com deficiência era apontada como “demoníaca” (ARANHA, 2005).

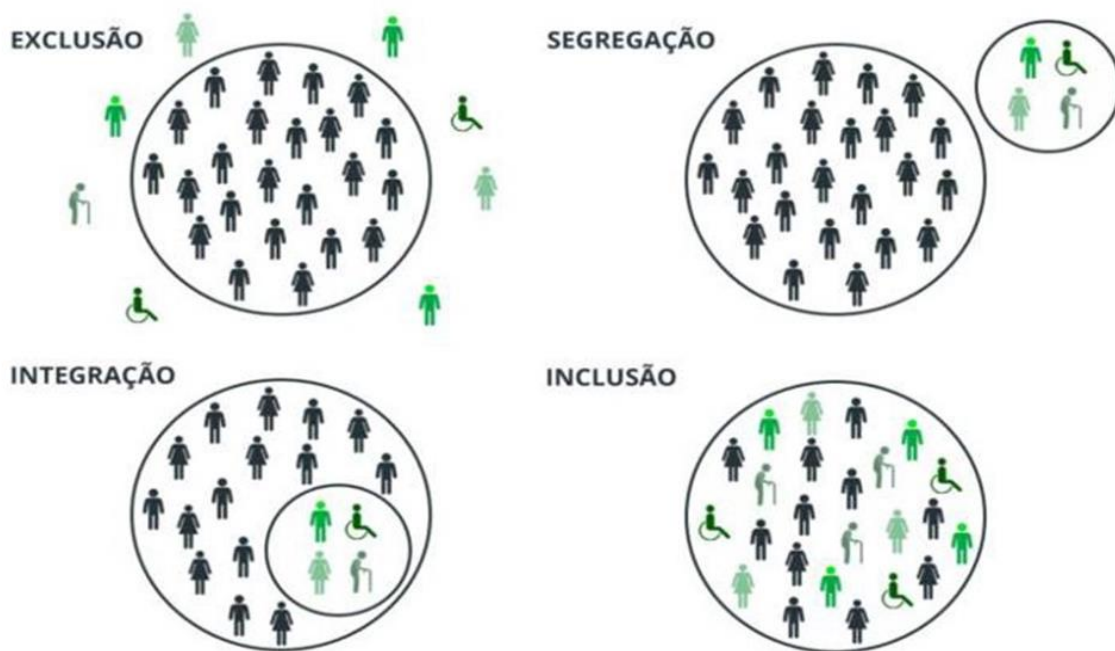
No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (BRASIL, 2008, p. 02).

Já em tempos mais atuais, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) criou novas diretrizes no que se refere à formação dos profissionais para atuarem na área, bem como a caracterização dos alunos que compõem este universo. Apesar de a legislação assegurar o direito à educação, a história da educação especial

passou, e ainda passa por momentos de segregação do deficiente, tanto por parte da sociedade, quanto por parte das escolas (SOUSA, 2020).

Diante disso, ao longo dos tempos, através de uma sociedade preconceituosa e não disposta a aceitar as diferenças, a luta das pessoas com deficiência em busca da igualdade de direitos ainda é um processo contínuo. Como citado anteriormente, a exclusão foi marcada por mortes e perseguições desse grupo, na segregação ainda acontecia a exclusão onde a pessoa com deficiência era separada das demais, já na integração a sociedade procurava meios de integrá-las porém esse grupo deveria se adaptar ao padrão estabelecido, e por fim, a inclusão proporciona que o meio deve se adaptar a pessoa com deficiência em busca de igualdade e do convívio social. Podemos observar claramente como ocorreu o processo de exclusão para a inclusão ao longo dos tempos na Figura 1:

**Figura 1 – Paradigmas da Exclusão à Inclusão**



Fonte: Social, 2020 apud Veiga (2020).

Com uma trajetória baseada em lutas e movimentos, a educação inclusiva iniciou sua trajetória em meados do século XVIII, onde a mesma ocorria de maneira discriminatória, pois as crianças que manifestavam alguma necessidade especial acabavam sendo ignoradas e marginalizadas pela sociedade, sendo por muito tempo, tratadas como incapazes; quando não se adequavam ao padrões sociais, eram colocada sob as condições humanas. Somente depois de pressões e através das experiências em outros países, por volta dos anos 90, no Brasil, a escola ganha forças, onde os órgãos responsáveis tiveram que tomar medidas acerca de políticas educacionais na Educação Especial (COSTA, *et al*, 2020).

## **2.2 Políticas públicas educacionais voltadas para a inclusão**

A respeito do processo da inclusão, as políticas educacionais tem como função o direito de igualdade entre as pessoas, visando uma educação de qualidade que respeita as diferenças, buscando a permanência dos alunos nas escolas e não somente o acesso. Dessa forma, a Declaração de Salamanca em 1994 vem para alterar um cenário mundial na educação, o documento objetiva apresentar aos países a importância das políticas públicas e educacionais, tendo em vista abranger a todas as pessoas independente de qualquer condição, ressaltando a importância da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais (SANTOS; SANTOS, 2016).

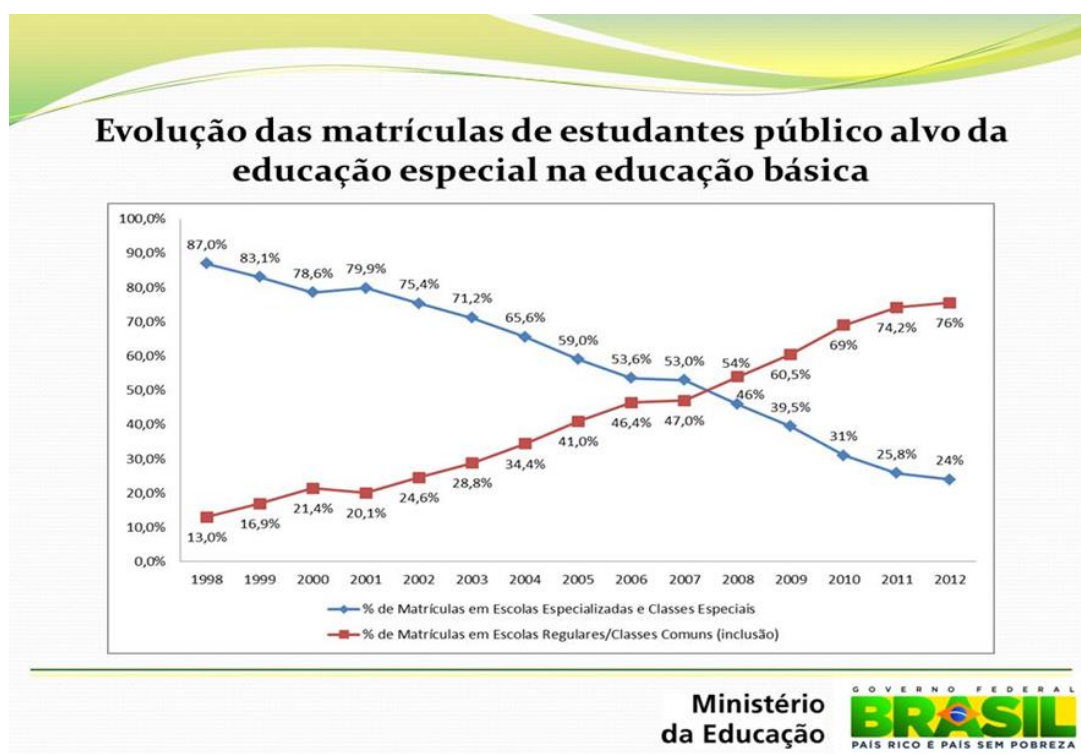
O decreto N 6.571 de 2008 sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na educação básica, decretou que é dever da União prestar apoio ao sistemas de ensino público com intuito de ampliação do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, definindo o atendimento educacional especializado como “conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, oferecido de forma complementar à formação do aluno no ensino regular” (BRASIL, 2008).

Mais adiante, o decreto N° 7.611 de 2011 revoga o decreto anteriormente citado N° 6.571 de 2008 estabelecendo novos deveres ao Estado com o público da Educação Especial. Determinando que, o sistema educacional de ensino seja inclusivo em todos os níveis impedindo a exclusão integral do sistema de ensino sob alegação de qualquer tipo de deficiência. Que também seja adotado medidas de apoio individualizadas e efetivas com ambientes que maximizem o

desenvolvimento acadêmico e social, como meta a inclusão plena, onde diz que a oferta de educação especial deve ser preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 2011).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 tem como um de seus objetivos fundamentais assegurar ao povo brasileiro uma educação que estabelece a igualdade do acesso à escola, onde o Estado tem como dever promover o Atendimento Educacional Especializado a pessoa com deficiência, de preferência na rede regular de ensino. É possível observar através das matrículas que o acesso à escola dos alunos com necessidades especiais tem crescido ao passar dos anos (BARRETA; CANAN, 2012). Sendo assim, conforme demonstra a seguir no Gráfico 1, é notório observar o crescimento das matrículas de alunos da educação especial em escolas regulares:

**Gráfico 1**



Fonte: BRASIL (2019).



É notório a evolução dos dados no quesito de matrículas de estudante da educação especial em classes regulares, revelando que mudanças implantadas realmente vem fazendo efeito gradativamente, onde tal evolução se mostra presente em mudanças de legislação, estratégias de ensino, práticas docentes, gestões e conceitos, apontando a necessidade cada vez mais da reformulação de métodos e princípios, para que ao passar dos anos esse crescimento seja contínuo.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva declarada no Brasil em 2008, com o objetivo de garantir que a inclusão escolar ocorra, direcionando os sistemas de ensino para que possam assegurar: acesso ao ensino regular, atendimento educacional especializado, acessibilidade arquitetônica em diversos meios, formação docente para o atendimento educacional especializado, participação da família e comunidade, entre outros. Acompanhando dessa forma, as lutas e avanços da pessoa com deficiência tencionando conceber políticas públicas de qualidade visando uma educação para todos (BRASIL, 2008).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2008) foi divulgada, no Brasil, em 2008 e, desde então, tem impactado na organização e no funcionamento dos serviços especializados para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, considerados o público-alvo da Educação Especial (PAEE). Basicamente, a PNEEPEI transformou a Educação Especial em um serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado, em tese, ao PAEE de forma extraclasse, em regime de contraturno, no espaço-tempo das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), por professores especializados. No entanto, a mesma política não descartou outras formas de apoio aos estudantes PAEE, as quais poderiam ser incorporadas ao contexto da sala de aula comum e a outros espaços escolares onde se fizessem necessárias (BEZERRA, 2020, P. 673).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência em seu capítulo IV discorre do direito à educação onde no Art. 27 relata a garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado, visando o desenvolvimento de diversas habilidades conforme interesse e necessidades. Ainda diz que o Estado, a sociedade, a família e comunidade escolar tem como dever garantir educação de qualidade à pessoa com deficiência (BRASIL, 2015).

Desse modo, em seu Art.28 a Lei Brasileira de Inclusão afirma a necessidade da melhoria dos sistemas educacionais com a intenção de garantia de acesso e permanência destes alunos na escola, bem como um projeto pedagógico que possua de forma legal o atendimento educacional

especializado para as necessidades dos estudantes com deficiência, garantindo a sua autonomia. A Lei relata ainda a precisão de pesquisas para que se possa alcançar novos métodos e estratégias pedagógicas, com recursos e tecnologia assistiva, contando com utilização de medidas que potencializem o máximo do desenvolvimento dos estudantes (BRASIL, 2015).

O Governo Federal em 2020 instituiu o decreto Nº 10.502 da nova Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida com o intuito de implementar programas e ações que visa a garantia de direitos à educação e atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Considera-se que a Política Educacional Inclusiva busca orientar prática para facilitar o desenvolvimento, monitorar a efetividade e reorientar estratégias que proporcionem a inclusão social, oferecendo atendimento educacional especializado de qualidade em escolas regulares inclusivas, classes e escolas especializadas ou também classes e escolas bilíngues de surdos aos que demandarem (BRASIL, 2020).

### **2.3 Dificuldades e desafios**

Existe um paradigma que percorre toda a sociedade, baseada em um modelo de uma concepção dita como “normal” da realidade, tal forma de pensar cria dois mundos segregados e desiguais, gerando assim preconceito e exclusão com as pessoas que não se encaixam no modelo padrão criado pela sociedade, e é por meio desse paradigma que se observa se as pessoas serão aceitas ou rejeitadas. Dessa forma, a inclusão educacional deve caminhar juntamente com a inclusão social. Ainda muitas escolas dizem não estarem preparadas para receber a pessoa com deficiência e que o professor não está apto para lidar com as necessidades dos alunos, sendo que é necessário reavaliar tais discursos visto que requerem que a pessoa com deficiência se adapte ao meio uma vez que é o sistema escolar como um todo que deve estar adaptado e preparado para acolhê-lo (SILVA; SILVA, 2016).

Dessa maneira, já passou da hora de dar voz as lutas e movimentos, onde as crianças com deficiência necessitam ser compreendidas para que possam se expressarem, levando em consideração que são seres de direitos e que detém do livre-arbítrio desde o seu nascimento,

para que consiga conquistar o seu espaço na sociedade, conforme citam os autores Barros e Castro (2019):

Está na hora de colocar todas essas leis e projetos feitos até agora em prática, fazer com que a criança deficiente conquiste seu espaço seja na escola ou no mercado de trabalho, mas adequando o que for preciso para que não se sinta diferente. Valorizar as características individuais de cada aluno, atender a todos na escola sejam eles deficientes ou não, incorporar a diversidade, sem nenhum tipo de distinção. Nunca o tema da inclusão de crianças deficientes esteve tão presente no dia-a-dia da educação. E isso faz com que todos os professores da rede de ensino percebam que as diferenças não só devem ser aceitas, mas também acolhidas como subsídio para montar o cenário escolar. E não é só aceitar essas crianças na escola porque isso é lei e lei deve ser cumprida, mas sim oferecer serviços complementares, adotar práticas criativas na sala de aula, adaptar o projeto pedagógico e construir uma nova filosofia educativa (BARROS; CASTRO, 2019, p. 6).

No que se refere a Educação Especial, Pedroso (2017) afirma que este sistema de ensino se apresentou como paralelo e segregado, onde o atendimento especializado era voltado para os indivíduos com deficiência e dificuldades graves de aprendizagem, altas habilidades ou superdotação. Caracterizando-se como atendimento especializado, era utilizado métodos específicos para cada necessidade das áreas. Ao decorrer de muitos anos, as organizações de Educação Especial se mantiveram isoladas, tal aspecto só obteve mudança a partir de 1961, quando o atendimento a pessoa com deficiência começou a ser oferecido na educação regular de ensino. De acordo com a Resolução CNE/CEB N°2 de 2001: Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001).

Entre as décadas de 70 a 80 do século XX, as mudanças ocorridas foram fortemente marcadas, pois as pessoas com deficiência passaram a serem compreendidas. Com direção à concepção de educação integrada e de mudança teórica, as escolas de ensino comum passaram a receber crianças e adolescentes com deficiências em classes regulares, em ambientes que obtinham o mínimo de restrição (MENDES, 2010 *apud* FERREIRA; ANDRADE, 2014).

O movimento de luta pela inclusão e educação de crianças e jovens com necessidades especiais foram se reforçando com o passar dos anos, dessa forma, Mendes (2010) ressalta:

O termo “educação inclusiva” foi uma proposta da aplicação prática ao campo da educação de um movimento mundial denominado “Inclusão Social”, que é proposto como um novo paradigma, que implicaria na construção de um processo bilateral no qual as pessoas excluídas e a sociedade buscam, em parceria, efetivar a equiparação de oportunidades para todos (MENDES, 2010, p.22).

No que se refere às Necessidades Educativas Especiais (NEE), ao inserir seu conceito, é proposto que se leve em consideração e sejam estudadas as dificuldades apresentadas pelas crianças, não os critérios médicos, mas sim critérios educativos, sendo o mais perto possível das dificuldades escolares relatadas. Surgindo termos como segregação, integração e inclusão, é sugerido a alteração de atitudes e reflexos, conseqüente necessitando de novos processos pedagógicos e didáticos, que por sua vez influenciou nas políticas e situações legais, no que concerne ao atendimento de crianças e jovens com necessidades educativas especiais (SILVA, 2017).

Segundo Rocha, Favero e Souza (2021) a inclusão na etapa da Educação Infantil, é onde as crianças se conectam com vários gêneros culturais, podendo assim aprender de forma natural e valorizar as diferenças, visto que ninguém é igual, visando a inclusão escolar e carregando tais aprendizagens para o resto da vida. Desta forma, cada instituição de ensino ao estabelecer uma grade curricular, deve intencionar uma educação que atenda às necessidades e convivências sociais de cada aluno, possibilitando que desenvolva autonomia social e profissional; tal aspecto é muitas vezes afetado pela própria família, que por ter zelo e preocupação, não compreendem que apesar do aluno ter uma deficiência, ela não o impossibilita de obter sua autonomia, os familiares então acabando fazendo de tudo pela pessoa.

Afirma Alves (2018) que a partir de discussões e diretrizes internacionais, começa-se a reivindicar o direito das crianças com deficiência de receberem educação formal nos espaços comuns às demais crianças. O marco histórico desse novo redirecionamento da Educação Especial foi o fórum mundial de educação para todos, realizado na Espanha em 1994. A partir disso, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) promulgou a Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas no campo das necessidades

educacionais especiais inserindo a perspectiva da Educação Inclusiva no campo educacional em questão (RAHME, 2014).

Dessa maneira, apesar dos diversos desafios enfrentados, é indispensável o trabalho acerca da inclusão e permanência destes alunos desde cedo, na Educação Infantil, pois:

Embora a chegada das crianças com deficiência na Educação Infantil suscite inúmeras tensões acerca de concepções e práticas, está evidenciado que sua permanência neste espaço educacional é necessária. Por um lado, é a sua presença que nos fará buscar avanços na produção de conhecimentos e na efetivação de políticas públicas. Por outro lado, é indiscutível que os processos de estimulação que ocorrem no contexto das creches e pré-escolas são fundamentais e contribuem para que as crianças superem suas limitações, sejam estas físicas, sensoriais ou cognitivas (ALVES, p. 277, 2018.)

Santos e Almeida (2017) mencionam que no âmbito escolar ainda se encontram instituições despreparadas, desde sua estrutura física até na preparação dos profissionais da educação, se tornando mais grave na Educação Infantil pelo fato de boa parte das crianças que apresentam algum tipo de necessidade especial sequer ter o diagnóstico, muitas vezes por resistência familiar que não aceitam, dificultando o trabalho pedagógico. Dessa forma, é papel da escola promover a inclusão estabelecendo estratégias para facilitar o processo de aprendizagem, onde o profissional não só da educação como de outras áreas precisam buscar possibilidades em que se promova a inclusão propriamente dita, se atualizando, respeitando a individualidade de cada criança e garantindo-as o direito à educação.

Com análises de textos, segundo Vitta, Silva e Zaniolo (2016) é possível observar que no que se refere acerca de uma proposta de educação para todos na Educação Infantil, que seja de qualidade, pois ainda há uma grande dificuldade, uma vez que exista obstáculos que venha intervir na organização de uma prática consistente. As dificuldades das crianças com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no processo de inclusão vai além de somente suas limitações, é somado com os objetivos de cada instituição, com a fase da Educação Infantil em si, com definições de estratégias, didáticas e conteúdo, formação profissional, etc. Dessa forma, ao se discutir o papel da creche é necessário o aprofundamento da discussão da

oferta de uma educação para todos, visto que é garantido por lei para a Educação Infantil, possibilitando que o desenvolvimento integral da criança seja posto em prática.

## **2.4 Formação docente**

Ao se pensar na formação de professores, é necessário pensar na reavaliação do que se pretende, dos conteúdos, estratégias, formas de organizar o ensino e os princípios educacionais, visto a transformação. Na formação do professor atual é preciso considerar a realidade da educação inclusiva, por meio de incentivo através dos conteúdos, métodos, teorias e princípios, fazendo com que os futuros professores proporcionem um ensino de qualidade aos alunos. Quando não se tem conhecimento sobre a inclusão escolar e sobre o aluno, tal fato pode causar problemas sérios e até mesmo a exclusão, dessa forma, é esperado que seja proporcionado aos professores uma formação que quebre com as barreiras que ainda mostram uma visão arcaica em relação às questões que permeiam a educação inclusiva (MACHADO; COSTAS, 2013).

Duek (2014 *apud* PIOVESAN, 2019) afirmam que a partir das mudanças nos processos do trabalho docente, os professores manifestam desconfiança e insegurança acerca de suas capacidades de formação, carregando com si dúvidas relacionadas à execução do processo de inclusão nas escolas. Desta forma, com base nos debates presentes na sociedade, e no desconforto dos docentes, apresenta-se novas reflexões que mostrem meios e caminhos a serem seguidos pelos professores. Partindo deste pressuposto, pretende-se encontrar caminhos e ações, para quais os docentes possam fazer a diferença acerca da qualidade do ensino para todos, visando para além da educação básica e sem segregação.

Visto que o processo de aprendizagem na Educação Infantil é de extrema importância para o desenvolvimento integral da criança, pois perpassa durante toda a sua vida, e é nesta etapa em que as crianças desenvolvem suas habilidades e sua personalidade, conhecendo um mundo novo e aprendendo a lidar com os desafios e com o próximo. Sendo assim, o docente como profissional tem papel primordial na vida do aluno, sendo o responsável para que se alcancem resultados positivos e para que a infância da criança seja o mais leve possível, sem graves problemas que podem acarretar danos para uma vida inteira.

Nesse contexto do desenvolvimento da criança na Educação Infantil e da relevância da formação docente, Barros e Castro (2019) confirmam:

As crianças que passam pelo atendimento em creche ou pré-escola tem um desenvolvimento maior tanto intelectual quanto social e isso acaba resultando em uma economia para o país já que essas crianças dificilmente são reprovadas ou apresentam fracassos no decorrer do ensino fundamental. Já por outro lado, quando ocorre problemas nessa fase relacionada com a Educação Infantil podem os problemas se estender ao decorrer da vida e ocasionar sérios problemas chegando até mesmo a comprometer o desenvolvimento da criança. Mas para que ocorram resultados positivos são necessários professores capacitados e bem preparados” (BARROS e CASTRO, p. 3, 2019).

Ao refletir sobre uma escola inclusiva, é indispensável falar sobre a formação do professor, são aspectos que estão correlacionados. Debater acerca da formação docente é um meio para que a qualidade do ensino se torne melhor ao ser proporcionada ao aluno, independente de se ter alguma deficiência ou não, refletindo o sentido da prática pedagógica. A formação continuada é necessária e se torna fator fundamental, o docente deve saber direcionar a sua prática em sala de aula, com a finalidade de desenvolver tanto os alunos com deficiência, como aqueles que não a detém, o professor necessita repensar os seus conhecimentos anteriores refletindo assim, a sua prática a respeito da inclusão. É imprescindível que o educador possua uma criticidade frente a responsabilidade que possui no processo de aprendizagem dos alunos, pois a inclusão só acontecerá se houver aprendizagem. Conforme as demandas educacionais mudam, surge a necessidade então da formação continuada do docente, mas alguns, não consegue acompanhá-las, precisando de apoio (SOUZA; RODRIGUES, 2015).

Indícios mostram insuficiência e debilidade que os docentes do curso de pedagogia vivenciam para trabalhar com os alunos que possuem algum tipo de deficiência, demonstrando a necessidade da formação continuada e de estratégias cotidianas no ambiente educacional, em vista do atendimento das necessidades dos docentes regentes. A reformulação do currículo do curso juntamente com as de programas de formação continuada dos professores para a inclusão escolar, em seu diálogo não tem mostrado avanços, os números apresentam a urgência de uma formação que englobe um preparo profissional de qualidade para que se possa ensinar a todos os alunos em um mesmo ambiente de aprendizagem, levando em consideração as capacidades de planejamento

e a efetivação de situações que alcancem aprendizagens significativas (DARUB; SOARES e SANTOS, 2020).

. Mantoan (2006) ressalta de forma objetiva o seu pensamento referente ao ensinar na perspectiva inclusiva, aspecto esse que vai além de um método tradicional:

No caso de uma formação inicial e continuada direcionada à inclusão escolar, estamos diante de uma proposta de trabalho que não se encaixa em uma especialização, extensão ou atualização de conhecimentos pedagógicos. Ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis. A inclusão escolar não cabe em um paradigma tradicional de educação e, assim sendo, uma preparação do professor nessa direção requer um design diferente das propostas de profissionalização existentes e de uma formação em serviço que também muda, porque as escolas não serão mais as mesmas, se abraçarem esse novo projeto educacional. (MANTOAN, 2006, p. 54- 55)

Diversos são os desafios da inclusão, como: as mudanças nos currículos, as formas de avaliação, a formação docente e a inserção de uma política educacional. Porém, a falta de preparo dos docentes, mais propriamente a falta de formação, é um dos desafios a serem evidenciado frente à inclusão escolar. No que diz respeito ao processo inclusivo, os conhecimentos adquiridos na graduação acabam não sendo suficientes, pois a inclusão escolar exige que a formação seja significativa, reflexiva e de conhecimento sobre as aprendizagens das crianças com necessidades especiais e o processo inclusivo. Sendo de suma importância a reflexão constante do papel de educador enquanto responsável da aprendizagem, devendo fazer parte tanto da formação inicial quanto da continuada. A formação docente não deve ser diferente para o Ensino Regular e o Ensino Especial, o professor em sua formação deve estar preparado para atuar com a diversidade que está presente no cotidiano escolar (GATTI, 2013).

Os autores Leal e Lustosa (2015, p.7661) afirmam em seu artigo que:

O documento publicado em 2007, com o título de Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007), reitera os dispositivos legais que asseguram a inclusão de alunos com NEEs e destaca a necessidade de formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado (AEE). O documento, em consonância com as leis e resoluções, define que o AEE deve ocorrer em classes comuns, salas de recursos, classes hospitalares, centros de AEE e núcleos de acessibilidade no ensino superior, não sendo substitutivo à escolarização.



Uma das preocupações recorrentes dos professores é a insegurança no que se refere a falta de experiência, visto que o cotidiano escolar demanda que o docente consiga lidar com a diversidade, organizando assim estratégias de aprendizagem. Para que isto aconteça, deve haver organização do tempo e espaços de aprendizagem, dos grupos de alunos e as atividades que serão desenvolvidas. Sendo assim, é de imprescindível que o planejamento seja flexível se adaptando a necessidade de cada aluno, já que o docente tem papel de mediador e facilitador do conhecimento, buscando uma melhor forma de interação onde todos sejam incluídos nas diversas áreas (SILVA; ARRUDA, 2014).

## **2.5 Inclusão escolar na prática**

As condições atuais das escolas necessitam de reestruturação para que a inclusão de fato ocorra, reconhecendo que as dificuldades de aprendizagem de certos alunos não é de responsabilidade somente deles, mas sim também da escola e de como a aprendizagem é desenvolvida e avaliada. Há aspectos fundamentais para transformar a escola, como por exemplo reformular o modelo educativo deixando o modelo tradicional de lado e valorizando as diferenças, permitir que a escola seja um local de diálogo, cooperação e solidariedade, onde tais questões devem ser trabalhadas por todos visando o execução da cidadania, bem como respeitando o tempo dos alunos e dando-lhes liberdade para que possam aprender mediante um ensino que não segrega e reprova, e por fim, valorizar o professor aprimorando-o constantemente para que tenha condição de executar seu trabalho abrangendo a turma toda, sem exclusão (MANTOAN, 2006).

De acordo com Silva (2015, p. 14251) um ponto importante da inclusão escolar é a relação entre família e escola:

Antes de tudo, para que haja uma verdadeira parceria entre a família e a escola, deverão ser adotados encaminhamentos metodológicos diversificados para atender tais educando com necessidades especiais e adequar os espaços físicos para tornar o processo de inclusivo mais produtivo e bem-sucedido. Uma vez que, este trabalho visa à formação humana do indivíduo e a busca de um lugar na sociedade é preciso o apoio e o suporte de ambas as instituições responsáveis pela criança: a Família e a Escola. A importância da

família no desempenho escolar do educando, favorecerá tanto nos aspectos motores/físicos, como emocionalmente e intelectualmente. Em suma, para se resultar em um desenvolvimento de qualidade e eficaz, a escola e a família devem caminhar juntas para atingir o alvo comum que é o bem estar e a aprendizagem da criança com necessidades especiais incluída na rede regular de ensino.

Destaca-se a importância da qualificação da equipe de profissionais escolares assim como dos recursos pedagógicos para incluir os alunos com deficiência, é imprescindível observar a inclusão escolar do ponto de vista de quem realmente faz acontecer dentro da escola, sejam os professores, diretores, coordenadores, etc. Não deve se tratar somente da garantia de matrícula que a lei oferece para a pessoa com deficiência na rede regular, é indispensável que a escola tenha uma equipe preparada para que seja possível haver inclusão. A inclusão é antes de tudo uma questão de cidadania e respeito com o outro, é reconhecer e aceitar que o próximo também deve participar do meio social, profissional, educacional, seja ele qual for. Partindo do pressuposto que estamos lidando com valores e preconceitos que está enraizado em nossa sociedade, a inclusão escolar não é uma missão fácil, é preciso de uma reformulação e transformação dos princípios da escola e estamos no caminho da inclusão (NETO, 2018).

A educação inclusiva parte do princípio de que o aluno precisa ser visto de forma individualizada, valorizando suas habilidades e dificuldades, dessa forma, a escola deve ser um local de igualdade e crescimento, sendo preciso de uma gestão que enalteça e apoie as diferenças. Por tanto, incluir vai muito além de somente matricular a pessoa com deficiência na rede regular de ensino, é indispensável que a escola e o docente receba apoio necessário, como do profissional da sala de recursos, para desenvolver seu trabalho. A adaptação curricular se torna fato fundamental para atender as necessidades de um aluno que apresente dificuldades, sendo dever do docente lidar com as diferenças existentes e acompanhar o progresso dos alunos, observando sua evolução em diferentes aspectos, sendo tais estratégias o que irá possibilitar ou não, de fato a inclusão escolar (PAPA; VIÉGAS e ZAMOR, 2015).

Considerando as mudanças necessárias para efetivar a inclusão escolar, percebe-se que é uma questão que não trata somente da pessoa com deficiência, envolve diversos meios, sendo uma prática que transforma a sociedade e cultura como um todo, Mantoan (2006) afirma:

Incluir é necessário, primordialmente para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras. Não podemos contemporizar soluções, mesmo que o preço que tenhamos de pagar seja bem alto, pois nunca será tão alto quanto o resgate de uma vida escolar marginalizada, uma evasão, uma criança estigmatizada sem motivos... Confirma-se, ainda, mais uma razão de ser da inclusão, um motivo a mais para que a educação se atualize, para que os professores aperfeiçoem as suas práticas e para que escolas públicas e particulares se obriguem a um esforço de modernização e de reestruturação de suas condições atuais, a fim de responderem às necessidades de cada um de seus alunos (MANTOAN, 2006, p. 30).

A escola tem uma função fundamental na vida dos alunos, é um espaço diversificado e multicultural, que tem como objetivo atender o público em suas necessidades e diferenças, ou seja, é um ambiente que acolhe pessoas com diferentes características e de inúmeros aspectos, sendo a escola responsável pela formação e transformação do indivíduo em seu processo de aprendizagem, no estímulo dos valores sociais e culturais que são imprescindíveis, proporcionando aos alunos o desenvolvimento cultural, social, intelectual e físico. Ao se tratar do aluno com deficiência, é importante reconhecer e compreender que o processo de aprendizagem dentro de sala de aula regular é possível, mudando o pensamento de exclusão e de que esses alunos não são capazes de conviver, estudar e aprender com os outros alunos, logo depois da família é na escola que este processo de transformação e mudança ocorre de modo contínuo, é no ambiente escolar que os indivíduos são preparados para interagir e construir conhecimentos (NETO *et al.*, 2018).

### 3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O presente trabalho trata-se de uma revisão da literatura, realizada por meio de revisão bibliográfica, focado em verificar A inclusão educacional escolar: uma abordagem referente a crianças com necessidades especiais. De acordo com Gil (2008) a pesquisa bibliográfica se desenvolve com base em material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos, mas há pesquisas produzidas unicamente através de fontes bibliográficas; e a maioria dos estudos exploratórios podem ser determinados como pesquisas bibliográficas, sendo estas indispensáveis em estudos históricos visto que em diversas situações não é possível conhecer fatos passados a não ser através de dados bibliográficos. Além disso, a principal vantagem da pesquisa bibliográfica é o fato de permitir que o investigador obtenha uma série de acontecimentos amplos, mais do que se fosse realizar em uma pesquisa diretamente.

A presente pesquisa teve como pergunta problema: de que forma acontece a inclusão de crianças com necessidades especiais no âmbito da educação escolar?

Foram utilizados como critérios de inclusão para análise e apresentação de dados, os trabalhos referentes ao assunto em acervos de periódicos e sítios do Ministério da Educação publicados entre 2006 e 2021, em Língua Portuguesa e publicados na íntegra e gratuitamente. Como critérios de exclusão aqueles publicados em *blog*, fórum ou que não tiveram embasamento na pesquisa e publicados em anos abaixo do ano 2006 que não esteja disponível na íntegra ou de forma gratuita.

Para a coleta de dados foram utilizadas as bases: Biblioteca Virtual do Ministério da Educação (MEC), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e as seguintes Revistas: Revista Brasileira de Educação, Revista Educação Especial, Revista Docência e Cibercultura, Revista Bibliomar, Revista Espacios, Revista Brasileira de Educação Especial, Revista de Gestão e Avaliação Educacional e Revista Gestão Universitária. Foram utilizados os seguintes descritores: criança, necessidades especiais, formação docente e inclusão.

A organização da presente revisão ocorreu entre Agosto a Outubro de 2021, proporcionando direcionamento para a pesquisadora em relação ao assunto abordado, a fim de que pudesse formular

hipóteses na tentativa de busca de resolução de problemas frequentes relacionados à assistência prestada em estudos anteriores.

Foram selecionados 55 trabalhos referentes ao tema, publicados entre os anos de 2005 e 2021, sendo 37 artigos científicos, 1 dissertação, 03 livros, e 02 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), além de legislações sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Política da Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado.

De posse das publicações, iniciou-se a leitura e triagem dos textos, ou seja, partiu-se para análise e interpretação do material de acordo com o tema escolhido, sendo selecionados enfim, para os resultados e discussão da pesquisa 10 publicações. Após este ter sido organizado e categorizado em áreas temáticas, iniciou-se a redação, desta forma, culminando o ciclo da pesquisa de revisão bibliográfica.

#### 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A educação inclusiva se firma no objetivo de acolher e possibilitar o desenvolvimento e aprendizagem de todos, sendo assim, toda escola deveria ser inclusiva. Ao se referir a uma educação democrática, estamos falando de uma escola designada à todos, rompendo com qualquer tipo de exclusão de uma minoria. Dessa forma, a escola inclusiva ganha forças ao se remeter como o espaço atribuído ao público da Educação Especial, visto que as pessoas com necessidades especiais estudavam unicamente em escolas especiais recebendo atendimento da Educação Especial. Atualmente, ao se falar em inclusão escolar da pessoa com deficiência, tem-se como intenção fazer com que estes alunos estudem junto com os demais, entretanto contando com o apoio da Educação Especial (OLIVEIRA; FEITOSA; MOTA, 2020).

Marques; Caron e Cruz (2020) apresentam que na rede regular de ensino a política acerca da inclusão não corresponde meramente a permanência física dos alunos com necessidades especiais junto aos outros estudantes, mas evidencia a possibilidade de reconsiderar concepções e desenvolver as habilidades dos alunos, respeitando seus limites e diferenças. É um verdadeiro desafio para as escolas inclusivas que trabalham firmadas na igualdade de todos os educandos, sendo necessário sempre rever aspectos e refletir acerca de diversos setores, tais unidades de ensino oferecerão vagas a todos, devendo se organizarem para o atendimento igualitário aos alunos com deficiência, garantindo-lhes oportunidades para a aprendizagem e permanência na escola.

Entretanto, para Nunes (2018 *apud* FERREIRA; TOMAN, 2020) a concepção de Educação Inclusiva para boa parte dos professores se associam e restringe somente à integração e socialização destes alunos com os demais no espaço escolar, desta forma, destacam a importância do ambiente não se limitar apenas na integração das crianças em classes regulares e até mesmo somente as adaptações do espaço físico.

Ao nos referirmos na oportunidade de educação inclusiva para os alunos, é preciso levar em consideração a diversidade de aprendizagem e o direito de igualdade em relação a oferecer o que é específico diante da devida necessidade. Dessa forma, é necessário levar em consideração a adaptação do ambiente escolar para receber esses alunos de modo integral, sendo preciso passar

por uma reestruturação física como maneira de promover a ingressão dos alunos e possibilitar sua locomoção dentro do ambiente. Sendo assim, é de suma importância a necessidade de uma Educação Inclusiva eficiente, pois aqueles inseridos no processo de exclusão dos alunos com necessidades especiais sofrem constantemente. Diante disso, compreende-se que as adaptações necessitam de tempo e amparo legal para acontecerem, sendo uma construção que se sucede gradativamente, são as pequenas coisas que guiam o processo de educação inclusiva, mas ainda são amplas as mudanças que precisam acontecer (SANTOS *et al.*, 2018).

Em relação à diversidade, Guimarães *et al.* (2021) enfatizam que a realidade das escolas atualmente apresentam práticas direcionadas ao alcance sempre do mesmo, visto que os profissionais não sabem trabalhar com a diversidade, comprovando que as escolas não são e não estão preparadas para o processo inclusivo. Portanto, o processo de aprendizagem destes alunos não está sendo repensado e refletido, assim como a forma de colaboração do docente para realizar a inclusão do aluno com deficiência.

Já para Cunha (2015 *apud* NETO *et al* 2018) é necessário compreender que ao incluir a pessoa com deficiência no ensino regular, está possibilitando a integração delas na escola dentro de um sistema único de educação. No ambiente das escolas de Educação Especiais, os alunos passam a conviver apenas com outros tipos de deficiências (iguais ou diferentes das suas). Entretanto, uma vez está vivenciando momentos em que o mundo luta por respeito à diversidade em diversos âmbitos, buscando que esta possa ser compreendida como um processo natural, pois “defender a inclusão escolar é necessário para que seja dada a oportunidade a todos os alunos de estarem na escola e, juntos, aprenderem o respeito às diferenças”.

Conforme afirma Trigueiro (2018) é imprescindível que a inclusão educacional seja vivenciada como proposta da escola e sociedade, e que não é necessário que os docentes sejam especialistas, mas que assumam o papel de ensinar, como e o que ensinar para o aluno com deficiência, quebrando com o paradigma de currículos únicos e modelos de escolas tradicionais e inflexíveis, visto os problemas que surgem no ambiente escolar.

Dessa forma, Santos e Reis (2016) evidenciam que para que a educação inclusiva seja realmente alcançada é importante que o trabalho do professor tenha uma formação inicial ou

continuada visando à valorização da diversidade que atualmente há nas salas de aula. Portanto, é necessário investir cada vez mais na formação docente, proporcionando-os exercer a sua função conforme o modelo de educação inclusiva. A formação será um dos aspectos indispensáveis para que o professor consiga desenvolver o seu trabalho, tendo como base o respeito às especificidades de cada aluno, seja um aluno público-alvo ou não da Educação Especial.

Para Baptista; Palhano e Pereira (2017) a escola como instituição social que incentiva o processo de inclusão, muitas das vezes não possuem estrutura física em seus espaços para o acesso de alunos com deficiências, faltam recursos e a tecnologia necessária que proporcionaria a recepção que estes alunos precisam, da mesma maneira que a falta do professor especializado para cada situação, tornando quase impossível a acessibilidade e permanência destes alunos nas escolas. Compreende-se que a ausência dos recursos físicos, pedagógicos e humanos em rede regular de ensino é o principal motivo da resistência das matrículas do aluno com necessidades educacionais especiais, em sua maioria realizando a matrícula por obrigatoriedade mas sem esperar que o aluno seja incluído.

Entretanto, Silva e Júnior (2020) reforçam que a partir da universalização da educação básica é possível consentir uma frequência cada vez maior da diversidade de alunos na escola, assegurando acerca das políticas educacionais que toda pessoa com necessidades especiais deve ser incluída nas práticas educacionais. Sendo assim, é fato que a inclusão não é um processo rápido e fácil, mas é de suma importância a conscientização de todos, demandando assim de um ensino que trabalhe e valorize as diferenças e habilidades de cada um. A inclusão se refere ao fato de garantir a igualdade, sendo capaz de desenvolver valores e atos de solidariedade e respeito, permitindo que a pessoa com deficiência seja integrada e incluída na sociedade.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda existem diversos obstáculos e desafios que impossibilitam a inclusão no ensino regular, é um processo desafiador e para que a inclusão de fato ocorra são necessárias muitas mudanças em diversos aspectos, modificações essas que vão desde a estrutura da escola, a recursos educacionais, políticas públicas e formação profissional. No entanto cabe mencionar que, o processo de inclusão vem crescendo ano a ano gradativamente, foi possível perceber a necessidade de práticas para incluir a criança com deficiência no ambiente escolar, envolvendo também a família e sociedade, para o desenvolvimento eficaz da criança.

A inclusão no contexto escolar tem como foco fazer com que as crianças com necessidades especiais aprendam e se desenvolvam juntamente com as demais. Reconhecer que o processo de aprendizagem destas crianças na rede regular de ensino é possível, transformando o pensamento de que o aluno com deficiência não é capaz de aprender, conviver e se desenvolver com outros alunos. É preciso que as habilidades e dificuldades dessas crianças sejam valorizadas, onde a escola tem papel fundamental na vida desses alunos, a fim de atender as necessidades e acolhe-los em seu processo de aprendizagem, promovendo o respeito e a valorização das diferenças.

Visto a amplitude que aborda o tema e a sua importância no ambiente escolar, foi constatado que o objetivo geral e os objetivos específicos foram alcançados, sendo válido ressaltar a importância das mudanças que são necessárias no processo de inclusão, no qual estratégias e métodos sejam implementados, a fim de que a inclusão realmente aconteça e não seja somente uma utopia, fazendo com que a vida de diversas crianças sejam transformadas e que elas possam viver a vida livremente, sem barreiras e preconceitos.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Fabiola Fernanda Patrocínio. A inclusão das crianças com deficiência na educação infantil: processo em construção. **Revistas Eletrônicas – Portal Periódicos**. v. 41, n. 2, 2018. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1376-8.pdf> Acesso em: 10 de Set. 2021.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva: garantindo acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos**. Brasília, 2005.

BAPTISTA, Maria das Graças de; PALHANO, Tânia Rodrigues; PEREIRA, Aline dos Santos. Avaliação da aprendizagem e inclusão escolar: um processo de exclusão ou um ato de amor. **Revista Online de Políticas e Gestão Educacional**. João Pessoa, v.21, n. esp. 2, p.1335-1352, nov. 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/10174/7033> Acesso em: 30 de Set. 2021.

BARETTA, Emanuelle Moura; CANAN, Silvia Regina. **Políticas Públicas de Educação Inclusiva: Avanços e Recuos a partir de Documentos Legais**. Rio Grande do Sul, 2012. 15 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação). Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/173/181> Acesso em: 04 de Ago. 2021.

BARROS, Adriana Peres; CASTRO, Jane Gomes de. A formação do professor de Educação Infantil e a educação inclusiva. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. ano 04, ed. 06, v. 01, p. 84-95, Junho de 2019. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/pedagogia/formacao-do-professor> Acesso em: 24 de Set. 2021.

BEZERRA, Giovani Ferreira. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: a problemática do profissional de apoio à inclusão escolar como um de seus feitos. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Bauru, v.26, n.4, p.673-688, Out-Dez., 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/B8T8rMXW8BzMJnNq5JBsXqK/?lang=pt> Acesso em: 25 de Out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 6.571, de 17 de Setembro de 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007. Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/decreto/d6571.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.571%2C%20DE%20](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/decreto/d6571.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.571%2C%20DE%20)

[7% 20DE% 20SETEMBRO% 20DE% 202008.&text=Disp%C3%B5e% 20sobre% 20o% 20atendime  
nto% 20educacional.13% 20de% 20novembro% 20de% 202007](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10502.htm) Acesso em: 20 de Out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.502, de 30 de Setembro de 2020.** Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília, Presidência da República, 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10502.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10502.htm) Acesso em: 25 de Out. de 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de Julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, Presidência da República, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm) Acesso em: 25 de Out. de 2021.

BRASIL. **Lei nº 7.611, de 17 de Novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm) Acesso em: 25 de Out. de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** 2008. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192). Acesso em: 24 de Out. de 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de Setembro de 2001.** Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: Presidente da Câmara de Educação Básica, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf> Acesso em: 20 de Out. de 2021.

COSTA, Maria Cristiane Alves. Et al. Educação Inclusiva e o Ensino Regular. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento.** Ano 05. Ed. 10, v. 17, p. 16-25. Outubro, 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/ensino-regular> Acesso em: 20 de Out. 2021.

DARUB, Ana Keully Gadelha dos Santos; SOARES, Gardênia Lídia Chaves; Santos, Pricila Kohls dos. Formação docente inicial e as discussões sobre a inclusão: análise do currículo do curso de Pedagogia de uma Universidade pública da região Norte do Brasil. **InterCambios** vol.7 no.1 Montevideo, 01 de Junho, 2020. Disponível em: [http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2301-01262020000100043](http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2301-01262020000100043) Acesso em: 16 de Out. 2021.

DIAS, Viviane Borges; SILVA, Luciene Maria. Educação Inclusiva e formação de professores: o que revelam os currículos dos cursos de licenciatura? **Revista Práxis Educacional**. Vitória da Conquista – Bahia, v. 16, n. 43, p. 406-429. Edição Especial, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6822/5236> Acesso em: 04 de Ago. 2021.

**Evolução das matrículas de estudantes público alvo da educação especial na educação básica.** Disponível em:

<https://slideplayer.com.br/slide/1472913/4/images/18/Evolu%C3%A7%C3%A3o+das+matr%C3%ADculas+de+estudantes+p%C3%ABlico+alvo+da+educa%C3%A7%C3%A3o+especial+na+educa%C3%A7%C3%A3o+b%C3%A1sica.jpg> Acesso em: 30 de Ago. de 2021.

**Exclusão, segregação, integração e inclusão.** Disponível em:

<https://editorainovar.com.br/files/200000679-42c9642c9a/Livro%20-%20REFLEX%C3%95ES%20SOBRE%20O%20PROTAGONISMO%20DA%20PESSOA%20COM%20DEFICI%C3%8ANCIA%20EM%20DIFERENTES%20CONTEXTOS-4.pdf#page=65> Acesso em: 30 de Ago. de 2021.

FERREIRA, Gabriela Silva; ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa. **Políticas Públicas de Inclusão na Educação Infantil**. I Seminário Internacional De Pesquisa Em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social. Franca, 22 a 24 de Setembro, 2014. In: MENDES, Enicéia Gonçalves. **Inclusão Marco Zero: começando pelas creches**. Araraquara: Junqueira e Marin, 2010. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/-planejamentoeanalisedepoliticaspUBLICAS/isippedes/gabriela-silva-ferreira.pdf>. Acesso em: 23 de Out. 2021.

FERREIRA, Giselle Coutinho; TOMAN, Alexandre. Educação Especial e inclusão: o que mostram as iniciativas de formação continuada? **Revista Docência e Cibercultura**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, Set/Dez 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/54811/36546> Acesso em: 26 de Set. 2021.

FLEIGER, Clarice. **O lúdico e a inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil**. Santa Catarina. 2020. 14 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia). Universidade do Sul de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/10099/1/O%20L%C3%9aDICO%20E%20A%20INCLUS%C3%83O%20DE%20CRIAN%C3%87AS%20COM%20DEFICI%C3%8ANCIA%20NA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INANTIL.pdf> Acesso em: 04 de Ago. 2021.

GATTI, Bernadete A. Educação, Escola e formação de professores: políticas e impasses. **Educar em Revista**. Curitiba, n. 50, p. 51-67, out./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/MXXDfbw5fnMPBQFR6v8CD5x/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 de Out de 2021.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2008. Acesso em: 03 de Nov. de 2021.

GUIMARÃES; et al. A presença do aluno com deficiência no sistema regular de ensino: mitos, estigmas e preconceitos. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**. Santos, v.13, n. 29, p.89-106, Jan-Abril 2021. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/1041/922> Acesso em: 12 de Set. 2021.

LEAL, Carlos Eduardo Gonçalves; LUSTOSA, Ana Valéria Marques Fortes. **A formação docente para a inclusão: um olhar sobre o professor do atendimento educacional especializado**. Educere – XII Congresso Nacional de Educação. PUCPR, 26-29 de Outubro de 2015. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21867\\_10848.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21867_10848.pdf) Acesso em: 17 de Out. 2021.

MACHADO, Charline Fillipin; COSTAS, Fabiane Adele Tonetto. O papel da gestão na formação inicial de professores com vistas à educação inclusiva. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**. Santa Maria, v. 2, n. 3, Jan/Jun, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/10500/pdf> Acesso em: 17 de Out. 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf> Acesso em: 18 de Ago. 2021.

MARQUES, Circe Mara; CARON, Lurdes; CRUZ, Adriane Alves da. Inclusão da criança com deficiência no ensino regular: olhar das famílias sobre a inclusão na escola. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, v. 15, p. 1-18, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/SAMSUNG/Downloads/13499-Texto%20do%20artigo-209209220315-1-10-20190926.pdf> Acesso em: 16 de Out. 2021.

MELO, Josefa dos Santos; COUTINHO, Diogenes José Gusmão. Educação Infantil: Métodos e estratégias para inclusão. **Revista Espacios**. v. 41, n. 18. Pág. 4, 2020. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a20v41n18/a20v41n18p04.pdf> Acesso em: 04 de Ago. 2021.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre a inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, v. 11 n. 33 set/dez 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/KgF8xDrQfyy5GwyLzGhJ67m/?format=pdf&lang=pt>

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Inclusão marco zero: começando pelas creches**. Araraquara, SP: Editora Junqueira&Marin, 2010. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=rafUNAEACAAJ&printsec=copyright&redir\\_esc=y#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=rafUNAEACAAJ&printsec=copyright&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false) Acesso em: 10 de Out. 2021.

NETO, Antenor de Oliveira Silva. Et al. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**. Santa Maria – MS, v. 31 n. 60, p. 81-92. Jan/Mar 2018. Disponível em: <https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/viewFile/24091/pdf> Acesso em: 25 de Out. 2021.

NETO; et al. Educação Inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**. Santa Maria, v. 31, n. 60, p. 81-92, Jan./Mar. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/24091/pdf> Acesso em: 29 de Ago. 2021.

OLIVEIRA, Iana Thaynara Trindade; FEITOSA, Francisca da Silva; MOTA, Janine da Silva. Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais: desafios da prática docente. **Revista Humanidades e Inovações**. v. 7, n. 8, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/SAMSUNG/Downloads/1867-Texto%20do%20artigo-10038-1-10-20200522.pdf> Acesso em: 21 de Out. 2021.

PAPA, Fernanda; VIÉGAS, Silvia A. G.; ZAMOR, Anderson V. GATO, E. E. Manuel Borba. **Inclusão**: uma mudança no olhar da comunidade escolar para a construção de uma escola melhor inclusiva. CAPE – Núcleo de apoio pedagógico especializado. São Paulo, v. 1, 2015. Disponível em: [http://cape.edunet.sp.gov.br/cape\\_arquivos/BoasPraticas/INCLMUDANCAOLHARCOMUNESCOLARCONSTRESCOLAMELHORINCLUSIVA.pdf](http://cape.edunet.sp.gov.br/cape_arquivos/BoasPraticas/INCLMUDANCAOLHARCOMUNESCOLARCONSTRESCOLAMELHORINCLUSIVA.pdf) Acesso em: 25 de Out. 2021.

PEDROSO, Soraia. **Inclusão de crianças com necessidades especiais na Educação Infantil**. São Paulo, 2017. 14 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) Universidade Estadual Paulista. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/10077/1/pdf-A.pdf> Acesso em: 06 de Set. 2021.

PIOVESAN, Josiane Bertoldo. Et al. A formação do professor na sala de aula: atitude frente à pessoa com deficiência. **Revista Educação, Artes e Educação**. v. 15, n. 14, 2019. In: DUEK, Viviane Preichardt. **Formação continuada**: análise dos recursos e estratégias de ensino para a educação inclusiva sob a ótica docente. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/13371/pdf> Acesso em: 12 de Out. 2021.

ROCHA, Bruna Eduarda. FAVERO, Suelen. SOUZA, Wylana Cristina Alves De. Caminhos e desafios da inclusão na Educação Infantil. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 06, Ed. 02, v. 11, p. 179-194. Fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/caminhos-e-desafios> Acesso em: 07 de Set. 2021.

SANTOS, Adriana Monize Rocha Novaes Machado; MARQUES, Jussara Laleska Paixão Teles; NASCIMENTO, Kathia Cilene Santos. Educação Inclusiva: avanço e desafios do atendimento educacional especializado. **Revista Ciências Humanas e Sociais**. Aracaju, v. 04 n. 03, p. 153-166. Abril, 2018. Disponível em:

<https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/5086/2771> Acesso em: 29 de Set. 2021.

SANTOS, Alessandra Ferreira. Educação Inclusiva: Uma análise sobre os avanços e os desafios enfrentados no contexto atual da educação básica no Brasil. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 06, Ed. 05, v. 03, p. 36-45. Maio de 2021. Disponível em:

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/desafios-enfrentados> Acesso em: 02 de Out. 2021.

SANTOS, Alex Reis dos; SANTOS, Roberta Gabriele de Menezes. **Educação Inclusiva e a Declaração de Salamanca**. Sergipe, 2016. 11 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia). Faculdade São Luís de França. Disponível em: [https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc\\_07.pdf](https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc_07.pdf) Acesso em: 04 de Ago. 2021.

SANTOS, Cristiane Sousa; ALMEIDA, Yara de Souza. Inclusão da Educação Infantil: desafios e possibilidades através das práticas pedagógicas. **Revista online de Políticas e Gestão Educacional**. Salvador – Bahia, v. 21, n. 3, p. 1432, set/dez. 2017. Disponível em:

[file:///C:/Users/SAMSUNG/Downloads/4-10170-template-1-rpge-1%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/SAMSUNG/Downloads/4-10170-template-1-rpge-1%20(1).pdf) Acesso em: 15 de Set. 2021.

SANTOS, Thiffanne Pereira; REIS, Marlene Barbosa de Freitas. A formação Docente na perspectiva da educação inclusiva. **Revista Travessias**. v. 10, n. 02, ed. 27, 2016. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/13835/10162> Acesso em: 19 de Set. 2021.

SILVA, Ana Paula Mesquita da; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. O papel do professor diante da inclusão escolar. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**. São Paulo, v. 5, n. 1, 2014. Disponível em:

[https://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes\\_pdf/educacao/v5\\_n1\\_2014/Ana\\_Paula.pdf](https://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Ana_Paula.pdf) Acesso em: 16 de Out. 2021.

SILVA, Maria de Fátima Dias Figueira Costa. **A aprendizagem cooperativa como metodologia para a inclusão**. Portugal, 2017. 127 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação Especial). Instituto Politécnico de Beja. Disponível em:

<https://repositorio.ipbeja.pt/bitstream/20.500.12207/4686/1/Maria%20de%20F%C3%A1tima%20Silva.pdf> Acesso em: 11 de Out. 2021.

SILVA, Sônia Venâncio de Araújo; SILVA, Giselle Maria Santana. O paradigma da inclusão na Educação Infantil. **Revista Gestão Universitária**. v. 9, n. 4 São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos/o-paradigma-da-inclusao-na-educacao-infantil>. Acesso em: 23 Out. 2021.

SILVA, Taiane Vieira da. Inclusão Escolar: relação família-escola. **Revista Educere**. Paraná, 2015. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16662\\_8048.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16662_8048.pdf) Acesso em: 22 de Out. de 2021.

SOUSA, Lazaro Mourão. Educação Especial no Brasil: o que a história nos conta sobre a educação da pessoa com deficiência. **Revista Bibliomar**. São Luís, v.19, n. 1, p. 159-173, jan./jun. 2020. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/viewFile/13636/7714> Acesso em: 04 de Set. 2021.

SOUZA, Ana Lucia Alvarenga dos Santos; RODRIGUES, Maria Goretti Andrade. **Educação Inclusiva e formação docente continuada**. Paraná, 2015. 10 f. Trabalho de Pesquisa para Seminário. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21491\\_10456.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21491_10456.pdf) Acesso em: 12 de Out. 2021.

TRIGUEIRO, Edla Maria Gonçalves de Alencar. Educação inclusiva numa visão crítica do currículo: currículo, cultura e inclusão, um modelo que pode transformar a educação do público escolar. **Revista Científica Multidisciplinar do Conhecimento**. Ano 03, ed. 04. v. 01, p. 13-29, Junho de 2018. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/educacao-inclusiva> Acesso em: 20 de Set. 2021.

VITTA, Fabiana Cristina Frigieri; SILVA, Carla Cilene Batista da; ZANIOLO, Leandro Osni. Educação da criança de zero a três anos e educação especial: uma leitura crítica dos documentos que norteia a educação básica. **Revista Brasileira, Edição Especial**. Marília, v. 22, n. 1, p. 9-26. Jan-Mar, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/F56Q83hvn8qgBRHXS6sFbfK/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 15 de Set. 2021